



TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo nº 922/2026
(Pregão Eletrônico nº 15/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência foi elaborado à luz da lei **14.133/21**, como peça integrante e indissociável de um procedimento legal pertinente, para que seja formalizada a Licitação na Modalidade: **Pregão**, sob a forma **Eletrônica**, **INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COLCHÕES PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, DR. PEDRO GRANJEIRO XAVIER, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA HIDROTERAPIA E MATERIAIS PARA APOIO AOS ATENDIMENTOS FISIOTERAPÊUTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Intervalo de Lance
1	COLCHÃO HOSPITALAR PARA MACA SANITÁRIA - D33 MEDIDAS: 1,80 X 0,40 X 0,5 REVESTIMENTO: NAPA 100% PVC AZUL HERMETICAMENTE FECHADO, DE ALTA RESISTÊNCIA TIPO: ORTOBOM, LUCKSPUMA OU DE QUALIDADE SUPERIOR	40,00	UND	596,67	23.866,80	R\$ 1,00
2	COLCHÃO HOSPITALAR PARA BERÇO - D33 MEDIDAS: 1,48 X 0,60 X 10 REVESTIMENTO: NAPA 100% PVC AZUL HERMETICAMENTE FECHADO, DE ALTA RESISTÊNCIA TIPO: ORTOBOM, LUCKSPUMA OU DE QUALIDADE SUPERIOR	20,00	UND	583,84	11.676,80	R\$ 1,00
3	COLCHÃO PARA REPOUSO DA EQUIPE - D33 MEDIDAS: 1,88 X 0,80 X 10 REVESTIMENTO: NAPA 100% PVC AZUL HERMETICAMENTE FECHADO, DE ALTA RESISTÊNCIA TIPO: ORTOBOM, LUCKSPUMA OU DE QUALIDADE SUPERIOR	50,00	UND	659,35	32.967,50	R\$ 1,00
4	COLCHÃO HOSPITALAR PARA CAMA - D45 MEDIDAS: 1,88 X 0,80 X 10 REVESTIMENTO: NAPA 100% PVC AZUL HERMETICAMENTE FECHADO, DE ALTA RESISTÊNCIA TIPO: ORTOBOM, LUCKSPUMA OU DE QUALIDADE SUPERIOR	100,00	UND	915,68	91.568,00	R\$ 1,00
5	TRAVESSEIRO DE ESPUMA SELADA 100% POLIURETANO FLOCADA; - IMPERMEÁVEL; - REVESTIMENTO EM NAPA EMBORRACHADA 100% PVC; - COSTURA RESISTENTE QUE IMPEDE A ENTRADA DE LÍQUIDOS E AFINS." TIPO: ORTOBOM OU DE QUALIDADE SUPERIOR	150,00	UND	92,12	13.818,00	R\$ 0,01
6	COLCHÃO PNEUMÁTICO HOSPITALAR ADULTO PARA PREVENÇÃO DE LESÕES POR PRESSÃO, CONFECCIONADO EM PVC IMPERMEÁVEL, RESISTENTE, ATÓXICO E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COM SISTEMA DE PRESSÃO ALTERNADA COMPOSTO POR NO MÍNIMO 130 CÉLULAS DE AR INTERLIGADAS. DIMENSÕES APROXIMADAS DE 200 X 90 X 7 CM, COMPATÍVEL COM LEITOS HOSPITALARES PADRÃO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE SUPORTE DE ATÉ 135 KG. ACOMPANHA COMPRESSOR ELÉTRICO SILENCIOSO COM REGULAGEM DE PRESSÃO CONFORME O PESO DO PACIENTE, FLUXO DE AR APROXIMADO DE 6 L/MIN, CICLO ALTERNADO DE 5 A 10 MINUTOS, NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO DE 40 DB, ALIMENTAÇÃO 127V OU BIVOLT AUTOMÁTICO, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E FUNCIONAMENTO CONTÍNUO. POSSUI ABAS PARA FIXAÇÃO, MANGUEIRA DUPLA DE CONEXÃO, VÁLVULA PARA ESVAZIAMENTO RÁPIDO, SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE E KIT DE REPARO. PRODUTO NOVO, COM MANUAL EM PORTUGUÊS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES E REGISTRO NA	100,00	UND	249,75	24.975,00	R\$ 0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Intervalo de Lance
	ANVISA OU COMPROVAÇÃO DE DISPENSA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE.					
7	PARES DE HALTERES AQUÁTICOS DESCRIÇÃO: TAMANHO: P - MEDIDAS: 26 CM COMPRIMENTO X 11 CM LARGURA X 11 CM PROFUNDIDADE. - PESO REAL: 110G CADA UNIDADES PESO PROJETADO: 3 A 4KG - FABRICADO EM EVA	40,00	PAR	87,46	3.498,40	R\$ 0,01
8	PAR DE LUVA DE BOXE EVA DESCRIÇÃO:DIMENSÕES: 32 X 20 CM; ESPESSURA: 30 MM;MATERIAL: 100% EVA	40,00	PAR	80,44	3.217,60	R\$ 0,01
9	KIT RESISTÊNCIA PARA HIROGINÁSTICA E HIDROTERAPIA DESCRIÇÃO:KIT RESISTÊNCIA EVA É REVESTIDA POR BORRACHA EVA E UTILIZADA PARA EXERCÍCIOS DE RESITÊNCIA E EQUILÍBRIO NA LINHA D'ÁGUA.É INDICADA PARA HIROGINÁSTICA, HIDROTERAPIA E FISIOTERAPIA. DIMENSÕES: 45 X 35 X 3CM E 35 X 28 X 3CM	30,00	KIT	195,44	5.863,20	R\$ 0,50
10	PAR DE HALTERES CIRCULAR HIROGINÁSTICA DESCRIÇÃO:MEDIDAS: 26X26X3CM. É FEITO EM BORRACHA EVA DE ALTA QUALIDADE, COM HASTE EMBORRACHADA QUE GARANTE CONFORTO E FIRMEZA NA PEGADA. SEU DESIGN COM FORMATO CIRCULAR PROPORCIONA RESISTÊNCIA NA ÁGUA, POTENCIALIZANDO O TRABALHO MUSCULAR DE FORMA SEGURA E EFICAZ.	40,00	PAR	100,00	4.000,00	R\$ 0,01
11	AQUAFINS PARA HIDROTERAPIA DESCRIÇÃO: SÃO PEQUENAS NADADEIRAS QUE PODE SER UTILIZADAS TANTO NOS BRAÇOS QUANTO NAS PERNAS. TAMANHO DE CADA NADADEIRA: 95 X 13 MM - ENVERGADURA TOTAL: 280 MM - PASSAGEM DA CINTA: 49 X 6MM.AJUSTÁVEIS AOS PUNHOS OU TORNOZELOS MEDIANTE FECHO DE VELCRO. FABRICADO EM BORRACHA FORTE E FLEXÍVEL.	30,00	PAR	120,81	3.624,30	R\$ 0,50
12	PLATAFORMA INCLINADA PARA HIDROTERAPIA COM ENCAIXE PARA CORRIMÃO. DIMENSÕES: 125 X 65 X 75CM. A PLATAFORMA É FEITA DE MADEIRA RESISTENTE E TRATADA, OU DE PLÁSTICO DE ALTA DENSIDADE, AMBOS MATERIAIS SÃO ESCOLHIDOS POR SUA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA À ÁGUA. DIMENSÕES: AS DIMENSÕES VARIAM DE ACORDO COM O MODELO, MAS GERALMENTE POSSUEM COMPRIMENTO ENTRE 180 CM A 250 CM E LARGURA ENTRE 60 CM A 90 CM. - ALTURA AJUSTÁVEL: A PLATAFORMA PERMITE AJUSTES DE INCLINAÇÃO PARA DIFERENTES ÂNGULOS, PERMITINDO QUE OS PACIENTES SEJAM POSICIONADOS DE ACORDO COM AS SUAS NECESSIDADES ESPECÍFICAS. BARREIRAS LATERAIS: POSSUI BARREIRAS LATERAIS ALTAS O SUFICIENTE PARA PREVENIR QUEDAS DURANTE O USO. SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE: A SUPERFÍCIE DA PLATAFORMA É REVESTIDA COM MATERIAL ANTIDERRAPANTE PARA EVITAR DESLIZAMENTOS.	5,00	UND	5.451,49	27.257,45	R\$ 10,00
13	HALTER REMO PARA HIROGINÁSTICA PAR UNIDADES: 20 PARES DESCRIÇÃO: FOI DESENVOLVIDO COM AS PÁS EM EXTRA BRILHO E EMPUNHADURA EM POLIETILENO INJETADO COM PEGA ANTI-DERRAPANTE PARA DESEMPENHO NAS ATIVIDADES MAIS EFICAZ. DIMENSÕES: 41,5 X 16 X 3,5CM.	40,00	PAR	79,11	3.164,40	R\$ 0,01
14	CAMA ELÁSTICA HIROGINÁSTICA EM INOX DESCRIÇÃO: CAMA ELÁSTICA PARA A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS AQUÁTICOS, ACOMPANHA 32 MOLAS E 16 GANCHOS DE INOX, ALÉM DE SAIA PROTETORA. APROPRIADA PARA USO DENTRO DA ÁGUA.PESO DA PEÇA: 5 KG DIMENSÕES: 98 X 98 X 15 CM	30,00	UND	2.697,36	80.920,80	R\$ 5,00
15	PESO 1 KG PARA HIROGINÁSTICA DESCRIÇÃO: PRODUZIDO EM FERRO FUNDIDO COM REVESTIMENTO EM PVC. FORMATO ERGONÔMICO EVITANDO ESCAPES DAS MÃOS E CONSEQUENTEMENTE QUEBRA DE AZULEJOS. DIMENSÕES: 13 X 8 X 5CM.	40,00	UND	64,71	2.588,40	R\$ 0,01
16	POOL BIKEFLOTY - BICICLETA AQUÁTICA DESCRIÇÃO:DIMENSÕES: 100 X 60CM. ALTURA GUIDOM: 110-128 CM. ALTURA SELIM: 79-92 CM	4,00	UND	13.665,50	54.662,00	R\$ 15,00
17	SILI-CHEST - AZUL - CARGA 01 DESCRIÇÃO: É UM ELÁSTICO CIRCULAR PARA ATIVIDADE MUSCULAR DOS MEMBROS SUPERIORES, RESISTÊNCIA LEVE PARA QUEM ESTÁ SE ADAPTANDO AS ATIVIDADES. 100%	40,00	UND	138,00	5.520,00	R\$ 0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Intervalo de Lance
	FEITO DE SILICONE, MACIO E COM PEGADA ANATÔMICA PARA AS MÃOS					
18	PLATAFORMA DE ELEVAÇÃO PARCIAL DE FUNDO DESCRIÇÃO:PLATAFORMA DE ELEVAÇÃO PARCIAL, FEITA PARA DIMINUIR E ADAPTAR A PROFUNDIDADE DA PISCINA, PARA AULAS DE HIDROGINÁSTICA E OUTRAS ATIVIDADES NA ÁGUA.FEITA DE PLÁSTICO INJETADO.ENCAIXE POR TRAVAS E DE FÁCIL MANUSEIO. SEGURA E RESISTENTE. ADAPTA A PISCINA PARA AS AULAS E, AO REMOVER AS PLATAFORMAS, ELA ID: 527189 E CRC: D2B387BE VOLTA À SUA PROFUNDIDADE ORIGINAL.DIMENSÕES: COMPRIMENTO: 205 CM LARGURA: 205 CM ALTURA: 25 CM	2,00	UND	1.172,82	2.345,64	R\$ 5,00
19	CAVALO EM EVA PARA HIDROTERAPIA DESCRIÇÃO:MATERIAL DE EVA (ETILENO ACETATO DE VINILA); CORES SORTIDAS. TAMANHO PEQUENO (P): 89X10X9 CM - CAPACIDADE SUPORTADA PARA PESSOAS ATÉ 80 KG; TAMANHO GRANDE (G): 95X15X9 CM - CAPACIDADE SUPORTADA PARA PESSOAS ACIMA DE 80 KG. DIMENSÕES: 95 CM X 15 CM X 9 CM (CXLXA)PESO: 1 KG UNIDADES (P)	20,00	UND	155,36	3.107,20	R\$ 0,50
20	CAVALO EM EVA PARA HIDROTERAPIA DESCRIÇÃO:MATERIAL DE EVA (ETILENO ACETATO DE VINILA); CORES SORTIDAS. TAMANHO PEQUENO (P): 89X10X9 CM - CAPACIDADE SUPORTADA PARA PESSOAS ATÉ 80 KG; TAMANHO GRANDE (G): 95X15X9 CM - CAPACIDADE SUPORTADA PARA PESSOAS ACIMA DE 80 KG. DIMENSÕES: 95 CM X 15 CM X 9 CM (CXLXA)PESO: 1 KG UNIDADES (G)	20,00	UND	212,07	4.241,40	R\$ 0,50
21	CESTO DE BASQUETE AQUÁTICO DESCRIÇÃO: PESO: 1,00KG; COR: PADRÃO; TAMANHO: 0,58 X 0,88M DIÂMETRO; MATERIAL: PVC / EVA	30,00	UND	167,72	5.031,60	R\$ 0,50
22	CESTO MULTIUSO (PISCINA) EM INOX DESCRIÇÃO:ESTRUTURA EM INOX ADEQUADA PARA ARMAZENAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE DIVERSOS ACESSÓRIOS AQUÁTICOS, PROPORCIONANDO MAIOR VISIBILIDADE DOS PRODUTOS COM MATERIAL ESPECIAL E RESISTENTE. APRESENTA MAIOR FACILIDADE NO TRANSPORTE ATRAVÉS DO SEU SISTEMA DOBRÁVEL. ESTE PRODUTO É FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL DOBRÁVEL E TELA EM FIO DE NYLON 2000. PESO: 10 KG - COR ESTRUTURA : INOX - COR TELA: AZUL - TAMANHO: 0,76X0,64X0,87 M (AXLXC)	20,00	UND	752,46	15.049,20	R\$ 1,00
23	REDE DE VÔLEI FLUTUANTE PARA ÁGUA DESCRIÇÃO: CONFECCIONADA EM PVC ¾ REVESTIDA COM ESPUMA EM POLIETILENO COLORIDAS, ACOMPANHA REDE.PESO: 3,600 KG - COR: VÁRIAS) - MATERIAL: PVC E ESPUMA DE POLIETILENO - TAMANHO: 1,13X0,85X1,85 M (AXLXC).	30,00	UND	221,96	6.658,80	R\$ 20,00
24	BOLA DE VÔLEI AQUÁTICO DESCRIÇÃO: PRODUZIDA EM MATERIAL PVC. POSSUI A TECNOLOGIA TECNOFUSION, UM SISTEMA QUE TERMOFUSIONADA OS 6 GOMOS, GARANTINDO IMPERMEABILIDADE, RESISTÊNCIA E DURABILIDADE. CONTÉM CÂMARA AIRBILLITY, OFERECENDO MELHOR RETENÇÃO DE AR. TAMANHO DA CIRCUNFERÊNCIA: 62CM. PESO: 275G.	30,00	UND	109,77	3.293,10	R\$ 0,50
25	RUBBER BAND PARA HIDROTERAPIA DESCRIÇÃO:RUBBER CONFECCIONADO EM ELÁSTICO RESISTENTE COM 10 MM DE DIÂMETRO EXTERNO E 2,55 MM DE ESPESSURA, PEGADA EM FITA PRESA POR TRAVA DE PLÁSTICO INJETADO.PEGADAS EM E.V.A REVESTIDAS COM TECIDO E TRAVA DE PLÁSTICO INJETADO. PESO: 155G - COR: VÁRIAS - TAMANHO: 0,06 X 0,17 X 0,66M - MATERIAL: NYLON / PLÁSTICO INJETADO / E.V.A / ELÁSTICO	30,00	UND	75,99	2.279,70	R\$ 0,01
26	TEMPORIZADOR DIGITAL INDUSTRIAL DIN35 16A TE-4163 DESCRIÇÃO:CORRENTE: 16ª - FREQUÊNCIA: 60HZ - OPERAÇÃO LIGA/DESLIGA: 20 - DE 1S ATÉ 1DIAS - MODO: PROGRAMÁVEL - TEM UM DISPLAY PARA VISUALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO. ADEQUADO PARA MONTAGEM EM TRILHO DIN. DIMENSÕES: ALTURA: 6,5CM LARGURA: 3,5 CM COMPRIMENTO: 10 CM.	6,00	UND	90,68	544,08	R\$ 0,01
27	PRANCHA DE NATAÇÃO EVA CORRETIVA C/PEGADOR PARA TREINAMENTO DE ADULTOS E CRIANÇAS	30,00	UND	54,55	1.636,50	R\$ 0,01

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Intervalo de Lance
	DESCRIÇÃO:FABRICADA EM ETILENO VINIL ACETATO, MATERIAL LEVE E DURÁVEL, IDEAL PARA USO NA ÁGUA.DIMENSÕES: 3 X 41 X 28 CM; 300 G.					
28	COLAR CERVICAL CURTO DESCRIÇÃO: COLAR CERVICAL CURTO PARA HIDROTERAPIA EM POLIESTIRENO REVESTIDO. DIMENSÕES: 30 X 30 X 10CM	20,00	UND	61,19	1.223,80	R\$ 0,01
29	COLAR CERVICAL LONGO DESCRIÇÃO:COLAR CERVICAL EM NEOPRENE/EVA REVESTIDO QUE PERMITE A FLUTUAÇÃO DENTRO DA ÁGUA, POSSUI FITA E FIVELA PARA ENVOLVER O TRONCO. EQUIPAMENTO PARA AUXÍLIO DE FLUTUAÇÃO CERVICAL EM PACIENTES DURANTE EXERCÍCIOS DE HIDROTERAPIA. DIMENSÕES: 60 X 40 X 10CM.	20,00	UND	453,51	9.070,20	R\$ 0,50
30	STEP AQUÁTICO DESCRIÇÃO: STEP PARA ATIVIDADES FEITAS EM POLIETILENO DE MÉDIA INTENSIDADE LINEAR COM UV8 E SUPERFÍCIE ANTIDERRAPANTE, POSSUI PÉS COM SISTEMA DE FIXAÇÃO POR PRESSÃO E PERFURAÇÕES NA SUPERFÍCIE PARA MELHOR ADERÊNCIA NA ÁGUA. PESO: 2.905 KG - COR: AZUL - MATERIAL: POLIETILENO - TAMANHO: 14CM (ALTURA) X 37CM (LARGURA) X 63CM (COMPRIMENTO).	20,00	UND	387,43	7.748,60	R\$ 0,50
31	CANELEIRA DE HIDROGINÁSTICA DESCRIÇÃO:TORNOZELEIRA DE EVA. COM ALÇAS AJUSTÁVEIS, ELA SE ADAPTA PERFEITAMENTE À PERNA, PROPORCIONANDO CONFORTO, SEGURANÇA E ESTABILIDADE DURANTE OS EXERCÍCIOS. LEVE, RESISTENTE E DE FÁCIL AJUSTE, É INDICADA TANTO PARA USO PROFISSIONAL (ACADEMIAS, ESTÚDIOS, CLÍNICAS) QUANTO PARA TREINO PESSOAL NA PISCINA. MEDIDAS DO PAR: 33 X 18 X 2 CM. DE 1 A 2 KG	20,00	PAR	114,59	2.291,80	R\$ 0,50
32	CANELEIRA DE HIDROGINÁSTICA DESCRIÇÃO:TORNOZELEIRA DE EVA. COM ALÇAS AJUSTÁVEIS, ELA SE ADAPTA PERFEITAMENTE À PERNA, PROPORCIONANDO CONFORTO, SEGURANÇA E ESTABILIDADE DURANTE OS EXERCÍCIOS. LEVE, RESISTENTE E DE FÁCIL AJUSTE, É INDICADA TANTO PARA USO PROFISSIONAL (ACADEMIAS, ESTÚDIOS, CLÍNICAS) QUANTO PARA TREINO PESSOAL NA PISCINA. MEDIDAS DO PAR: 33 X 18 X 2 CM. DE 2 A 3 KG	20,00	PAR	103,14	2.062,80	R\$ 0,50
33	STEP EVA ANTI-IMPACTO DE ALTA RESISTÊNCIA E PLATAFORMA SUPERIOR ANTIDERRAPANTE. STEP AERÓBICO EVA É UM DOS ITENS MAIS UTILIZADOS EM ACADEMIAS DO MUNDO TODO. AS ATIVIDADES REALIZADAS NO STEP SÃO INDICADAS PARA QUEM BUSCA TONIFICAR PERNAS E GLÚTEOS. AS ATIVIDADES NO STEP AJUDAM NA MELHORA DO CONDICIONAMENTO CARDIORRESPIRATÓRIO, DESENVOLVIMENTO DA COORDENAÇÃO E RITMO, AUMENTO DA RESISTÊNCIA MUSCULAR E FORTALECIMENTO DE OSSOS, TENDÕES E LIGAMENTOS. PRODUZIDO EM EVA DE ALTA DENSIDADE. TAMANHO 60CM COMPRIMENTO X 28CM LARGURA X 14CM ALTURA.	100,00	UND	136,37	13.637,00	R\$ 0,50
34	O TRAMPOLIM JUMP MINI CAMA ELÁSTICA PROFISSIONAL ACADEMIA 150 KG É IDEAL PARA QUEM BUSCA UM EQUIPAMENTO DE QUALIDADE PARA EXERCÍCIOS FÍSICOS. COM UM DIÂMETRO DE 92 CM E SUPORTANDO ATÉ 150 KG, É PERFEITO PARA USO EM ACADEMIAS OU EM CASA. AS 32 MOLAS DE AÇO GALVANIZADO GARANTEM DURABILIDADE E SEGURANÇA DURANTE OS SALTOS. ALÉM DISSO, A ESTRUTURA EM AÇO CARBONO CONFERE ESTABILIDADE E RESISTÊNCIA AO PRODUTO. COM APENAS 5 KG DE PESO, É FÁCIL DE TRANSPORTAR E ARMAZENAR	100,00	UND	393,88	39.388,00	R\$ 0,50
35	BOLAS DE BASQUETE AQUÁTICAS DESCRIÇÃO: 17,78 CM. MATERIAL SINTÉTICO. ANTIDERRAPANTE: AS BOLAS APRESENTAM PONTOS DE ADERÊNCIA TEXTURIZADOS DE CONTATO. COM BOMBA DE BOLA INCLUÍDA.	30,00	UND	149,26	4.477,80	R\$ 0,50
36	HALTER EM BARRA AQUÁTICO DESCRIÇÃO: HALTER EM BARRA PISCINA, CLUBES ASSOCIAÇÕES; MATERIAL EVA; 1 A 2KG.	40,00	UND	163,55	6.542,00	R\$ 0,50
37	HALTER EM BARRA AQUÁTICO DESCRIÇÃO: HALTER EM BARRA PISCINA, CLUBES ASSOCIAÇÕES; MATERIAL	40,00	UND	195,39	7.815,60	R\$ 0,50

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total	Intervalo de Lance
	EVA; 2 A 3KG.					
38	HALTER EM BARRA AQUÁTICO DESCRIÇÃO: HALTER EM BARRA PISCINA, CLUBES ASSOCIAÇÕES; MATERIAL EVA; 3 A 4KG.	40,00	UND	221,82	8.872,80	R\$ 0,50
39	PARES DE HALTERES AQUÁTICOS DESCRIÇÃO: TAMANHO: P MEDIDAS: 26 CM COMPRIMENTO X 11 CM LARGURA X 11 CM PROFUNDIDADE- PESO REAL: 110G CADA UNIDADES PESO PROJETADO: 1 A 2KG - FABRICADO EM EVA	40,00	PAR	77,16	3.086,40	R\$ 0,01
40	PARES DE HALTERES AQUÁTICOS DESCRIÇÃO: TAMANHO: P MEDIDAS: 26 CM COMPRIMENTO X 11 CM LARGURA X 11 CM PROFUNDIDADE- PESO REAL: 110G CADA UNIDADES PESO PROJETADO: 2 A 3KG - FABRICADO EM EVA	40,00	PAR	86,63	3.465,20	R\$ 15,00
41	KIT DE VENTOSATERAPIA COM BOMBA REFORÇADA 32 COPOS INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO KIT DE VENTOSATERAPIA (32 COPOS COM BOMBA REFORÇADA): 10 COPOS DE ACRÍLICO Nº B01 DIÂMETRO 6,8 CM 10 COPOS DE ACRÍLICO Nº B02 DIÂMETRO 6,0 CM 2 COPOS ANATÔMICOS DE ACRÍLICO Nº B03 DIÂMETRO 5,0 CM 2 COPOS ANATÔMICOS DE ACRÍLICO Nº B04 DIÂMETRO 4,3 CM 4 COPOS DE ACRÍLICO Nº B05 DIÂMETRO 3,3 CM 4 COPOS DE ACRÍLICO Nº B02 DIÂMETRO 3,0 CM ITENS INCLUSOS NO KIT: 32 COPOS DE ACRÍLICO 1 PISTOLA PARA SUÇÃO 1 CAIXA TIPO MALETA PARA TRANSPORTE DO KIT 12 PINOS INTERNOS PARA APLICAÇÃO NOS PONTOS DE ACUPUNTURA 1 MANGUEIRA EXTENSORA PARA AUTOAPLICAÇÃO 1 MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS	15,00	PAR	269,90	4.048,50	R\$ 0,50
42	MANTA TÉRMICA PARA CORPO INTEIRO 180X190CM 110V ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO: DIMENSÕES APROXIMADAS: LARGURA: 180 CM COMPRIMENTO: 190 CM VOLTAGEM: 220 V POTÊNCIA MÁXIMA: 304 VA PESO: 6 KG PROTEÇÃO ANTICHAMA E TECIDO IMPERMEÁVEL: ACABAMENTO INTERNO EM TECIDO PLASTIFICADO E IMPERMEÁVEL, COM FORRO EM POLIÉSTER E PROTEÇÃO ANTICHAMA, QUE NÃO PROPAGA FOGO. TECNOLOGIA INFRACARBO: RESISTÊNCIAS INTERNAS EM FIBRA DE CARBONO DE ALTA QUALIDADE, ISOLADAS EM SILICONE, RESISTENTES ATÉ 200 °C, EMITINDO INFRAVERMELHO LONGO. SISTEMA DE SEGURANÇA TÉRMICA: CHAVES TÉRMICAS DISTRIBUÍDAS EM PONTOS ESTRATÉGICOS, EVITANDO SUPERAQUECIMENTO DO EQUIPAMENTO.	12,00	UND	1.480,00	17.760,00	R\$ 5,00

Valor Total: 568.866,37

1.2. Os valores estimados foram obtidos através de pesquisas de preço com fornecedores (IDs 571671, 575302 e 573323), conforme documentos anexos.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O Prazo de vigência do instrumento Contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser alterada ou prorrogada, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

2.1.2 Por tratar-se de registro de preços com validade de 12 (doze) meses, considerando que este prazo venha a atingir mais de um exercício, e que caso os empenhos efetuados não podem ser utilizados em diferentes exercícios, logo estes empenhos poderão ser cancelados em 31/12/2026, devendo serem efetuados novos empenhos no exercício seguinte.

2.1.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. DA NATUREZA DO OBJETO

3.1 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

3.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 29/2024.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "B", DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

4.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (ART. 6º, INCISO XXIII, ALÍNEA "C", E ART. 40, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)

8.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6.1.1 Sustentabilidade:

- 6.1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações e Sustentáveis CGU.
- 6.1.1.2 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- 6.1.1.3 Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento e;
- 6.1.1.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 6.1.1.5 Observação das normas do INMETRO e da ISO 14.000.
- 6.1.1.6 Comprovação de práticas de gestão ambiental pelo fabricante, preferencialmente certificadas conforme a ISO 14001 ou equivalente.
- 6.1.1.7 Apresentação, quando aplicável, de políticas de logística reversa ou destinação final ambientalmente adequada.
- 6.1.1.8 Os produtos deverão possuir alta durabilidade e resistência ao uso repetido, evitando descarte precoce.
- 6.1.1.9 Itens reutilizáveis (como ventosas) devem suportar processos frequentes de limpeza e desinfecção sem perda de desempenho.
- 6.1.1.10 Equipamentos elétricos (como manta térmica) devem possuir vida útil compatível com uso clínico contínuo.
- 6.1.1.11 A manta térmica deverá apresentar consumo energético eficiente, compatível com boas práticas de eficiência elétrica e possuir sistemas que evitem desperdício de energia, como controle automático de temperatura e desligamento de segurança.
- 6.1.1.12 Priorizar produtos que reduzam necessidade de reposição de componentes ou descarte integral.
- 6.1.1.13 Os produtos devem estar regularizados junto à ANVISA, quando aplicável, mediante registro ou cadastro, ou apresentar comprovação formal de isenção, conforme enquadramento como produto para saúde.

6.2 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

- 6.2.1 Na presente contratação NÃO será indicado marcas, características ou modelo(s).

6.3 Da vedação de contratação de marca ou produto:

- 6.3.1 Para a contratação do objeto NÃO haverá vedação ou restrições com relação ao emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução.

6.4 Da exigência de amostra:

- 6.4.1 Não serão solicitadas amostras para os itens desse processo. No entanto, as análises sobre as especificações técnicas dos itens serão avaliadas por meio de catálogo ou ficha técnica de cada item, a fim de verificação da conformidade do produto ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.
- 6.4.2 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipo, será analisado por servidor técnico responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.4.3 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização da avaliação e fornecer, sem ônus, catálogo ou ficha técnica de cada item em língua portuguesa.

6.5 Da exigência de carta de solidariedade:

- 6.5.1 Na presente contratação, mesmo em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, a Administração Pública Municipal, entende não ser necessária a exigência da carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

6.6 Subcontratação:

- 6.6.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.
- a) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- b) A subcontratação parcial do fornecimento só será admitida mediante autorização prévia e expressa da Administração Municipal, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/21;
- c) A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do eventual contrato

6.7 Garantia da contratação:

- 6.7.1 Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 Condições de Entrega/Qualidade dos Produtos

- 7.1.1 De conformidade com os interesses da Administração Pública, **em quantitativo especificado pelo contratante** dos produtos objeto deste Edital.
- 7.1.2 Local de Entrega: Hospital Municipal Pedro Granjeiro Xavier Rua Castanheira nº 3511 - Horário de Atendimento das 07hs às 17hs de Segunda, as Sexta Feiras.
- 7.1.3 Os objetos deverão ser entregues no **prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos** da apresentação da nota de empenho e apresentação de Ordem de Fornecimento/Requisição ao fornecedor, ou conforme a necessidade da Secretaria de Saúde.
- 7.1.4 Do que se trata o item anterior, poderão ocorrer entregas extras e/ou emergenciais, devido ao aumento de usuários que procuram as unidades de saúde. Quanto ao prazo de entrega das mesmas, deverá ser acordado entre as partes.
- 7.1.5 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 7.1.6 Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, ou em quantidade inferior ao estabelecido, a empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo em no máximo 48 horas.
- 7.1.7 A embalagem original deve estar em perfeito estado, sem sinais de violação, de acordo com legislação pertinente, e identificadas com as informações: especificação, quantidade, data de fabricação, data de validade, número do registro do produto na ANVISA/MINISTÉRIO DA SAÚDE/MS e data de esterilização, quando for o caso;
- 7.1.7.1A embalagem deve ser adequada à natureza do objeto, portanto, resistente ao peso, à forma e às condições de transporte. Além disso, as embalagens externas (secundárias) devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento máximo);
- 7.1.7.2. O armazenamento e o transporte dos produtos deverão atender às especificações técnicas do produto (temperatura, calor, umidade, luz) e o(s) número(s) do(s) item (s) fornecido(s).
- 7.1.8 Os produtos em desacordo com o edital e seus anexos ou com a legislação vigente aplicada, serão rejeitados pela Secretaria da Saúde.

7.1.9 Os produtos objeto deste termo de referência não poderão ter validade inferior a 12 (doze) meses a contar da entrega. Alguns dos produtos deverão apresentar registro vigente, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, e alguns do INMETRO como impresso nas embalagens originais do produto. A CONTRATANTE se reserva ao direito de não receber produtos com validade inferior a esse percentual estipulado.

7.1.10 Na existência de produto cujo Registro determinado pela ANVISA apresente prazo de validade inferior a 12 meses, o fornecedor deverá apresentar carta de compromisso de retirada e substituição por outro item, com novo prazo de validade, o quantitativo que eventualmente possa expirar nos estoques da unidade, desde que, previamente acordado com o responsável.

7.1.11 O acondicionamento e o transporte dos equipamentos devem observar as normas estabelecidas pela ANVISA.

7.1.12 A CONTRATADA, mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

7.1.13 A Contratante se reserva ao direito de não receber os materiais entregues pelas empresas contratadas, caso não estejam em suas embalagens originais, apresentem sinais de violação ou que estejam em estado de conservação que suscitem dúvidas sobre a procedência dos mesmos, inclusive quanto às condições de transporte.

7.1.14 A empresa contratada deverá adotar modalidade de remessa dos materiais que permita a conferência no ato da entrega antes do ateste final do recebimento, seguindo as Boas Práticas de Transporte do objeto/Insumos. Além disso, deve disponibilizar no ato da entrega dos produtos, mão de obra em número suficiente, a fim de apoiar a retirada e conferência da carga.

7.1.15 O aceite dos produtos pela CONTRATANTE, não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no Edital ou atribuídas pela CONTRATADA, verificados posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

7.2 Garantia, manutenção e assistência técnica:

7.2.1 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS

8.1 Os equipamentos a serem fornecidos deverão ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento, e atender integralmente às especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas regulamentadoras aplicáveis.

8.2 Os colchões deverão apresentar as seguintes características:

8.2.1 Conformidade obrigatória com:

- ABNT NBR 15448-1 (colchões de espuma); e/ou
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

8.3 Para os Equipamentos de Hidroterapia

- Fabricados em materiais resistentes à imersão contínua em água, incluindo água tratada com cloro.
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

8.4 Para os Equipamentos de Fisioterapia

8.4.1 Ventosaterapia (copos de ventosa)

- Fabricados em material atóxico, resistente e apropriado para contato com a pele, como silicone, acrílico, polycarbonato ou vidro temperado.
- Bordas lisas e arredondadas, garantindo segurança durante a aplicação.
- Sistema de sucção eficiente, podendo ser por bomba manual ou compressão (silicone), com manutenção estável da pressão.
- Vedação adequada, sem perda de vácuo durante o uso terapêutico.
- Resistência a impactos e deformações.
- Superfície de fácil higienização e desinfecção, compatível com produtos hospitalares.
- Produto reutilizável, sem liberação de resíduos ou odores.

8.4.2 Equipamento destinado à termoterapia

- Alimentação elétrica em 220 V (volts), compatível com a rede elétrica local.
-
-
-

8.5 Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, e suporte técnico durante o período de garantia.

8.6 Todos os itens deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios necessários à sua plena utilização.

8.7 Para mobiliário de uso geral: Os produtos deverão atender às normas técnicas aplicáveis da ABNT, garantindo resistência, estabilidade, durabilidade e segurança ao usuário.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município de Colorado do Oeste/RO, poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6 Fiscalização:

9.6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sendo designada como Fiscal de Contrato a Sra. **ROSELI CONCEIÇÃO FELICIANO**, Assessora de Gestão de Contratos, podendo ser substituída por servidor formalmente designado, sendo permitido o apoio técnico de terceiros para subsidiá-la no desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela fiscalização contratual.

9.6.1.1 Fiscalização Técnica:

9.6.1.1.1 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.6.1.1.2 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

9.6.1.1.3 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.6.1.1.4 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.6.1.1.5 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.6.1.1.6 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

9.6.1.2 Fiscalização Administrativa:

9.6.1.2.1 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.6.1.2.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

9.7 Gestor do Contrato:

9.7.1 Fica designado como gestor do contrato o ASSESSOR ESPECIAL DA SECRETARIA SOLICITANTE: **CLEISON PASSOS DA SILVA**, Assessor Especial de Saúde.

9.7.2 O referido assessor ficará responsável pela coordenação, acompanhamento e gestão da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com substituto formalmente indicado e com apoio técnico de terceiros para subsidiar o desempenho de suas atribuições, sem prejuízo de sua responsabilidade pela gestão contratual.

9.7.3 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.7.4 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.7.5 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.7.6 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.7.7 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o

caso.

9.7.8 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.7.9 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. CONTRATAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.1. Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar n.º 123/2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte. (CASO HOÜVER).

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1 Recebimento:

11.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **2 (dois) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.2 Liquidação:

11.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o **prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

11.2.2 Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos contra a(o):

a) Fundo Municipal de Saúde de Colorado do Oeste/RO, CNPJ n.º 19.275.776/0001-42.

11.2.3 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.2.4 As Notas Fiscais correspondentes à execução do contrato deverão ser emitidas discriminando o que segue:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) número do contrato/empenho e do processo,

d) dados do órgão contratante;

e) informações bancárias da Contratada, que permitam realizar o pagamento;

f) o período respectivo de execução do contrato;

g) o valor a pagar; e

h) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

i) outras informações correlatas, exigidas pelo setor administrativo competente, se for o caso.

11.2.5 Para fins de liquidação das despesas e verificação da manutenção das mesmas condições de Habilitação por parte da Contratada, o Órgão responsável pela contratação, deverá encaminhar ao Setor responsável pela liquidação os documentos conforme segue:

I. Nota Fiscal, contendo:

a) carimbo de atesto e assinatura do Conferente e do Fiscal do Contrato ou outro instrumento utilizado;

b) todas as exigências contidas no subitem 10.2.4, deste termo.

II Certidões de regularidade:

a) certidão Negativa de Débito com a União/INSS;

b) certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da contratada;

c) certidão Negativa de Débito Municipal, da sede da contratada;

d) certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo TST;

e) certidão de Regularidade com o FGTS.

III Laudo, conforme modelo sugerido pela Administração Municipal; e

IV Autorização de Compra (ou AF), quando for o caso;

11.2.6. Se a contratada, eventualmente, apresentar certidão de regularidade fiscal e trabalhista com pendência de débitos, sem prejuízo do recebimento por aquilo que já havia sido regularmente executado, será notificada para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.2.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da

regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.2.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.2.9 As parcelas efetivamente executadas do objeto, terão seus pagamentos realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao órgão fiscalizador.

11.2.10. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

11.2.11. Caso se faça necessária a retificação de nota fiscal por culpa da Contratada, o prazo para pagamento terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da nota fiscal corrigida ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

11.2.12. As parcelas efetivamente executadas do objeto, terão seus pagamentos realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao órgão fiscalizador.

11.2.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

11.2.14. Caso se faça necessária a retificação de nota fiscal por culpa da Contratada, o prazo para pagamento terá sua contagem suspensa até a data de reapresentação da nota fiscal corrigida ao órgão, isenta de erros, dando-se, então, prosseguimento à contagem.

11.3 Prazo de pagamento:

11.3.1 O pagamento será efetuado no **prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa**, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

11.3.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.3.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.3.5 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.3.6 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.3.7 Os pagamentos serão realizados por transferência online em conta corrente, preferencialmente nas **Agências do Banco do Brasil. Para outras Agências estão sujeitas à cobrança de taxas (TED ou DOC), este valor será descontado do fornecedor contratado;**

11.3.8 Conforme Decreto Municipal nº 284 de 29 de Agosto de 2023 (https://transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/detalhe_documento.php?id_publicacao=18509&nomeaplicacao=publicacao). Este decreto regulamenta a retenção de Imposto de Renda na fonte, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012. A retenção do Imposto de Renda será feita na fonte, ou seja, o Município de Colorado do Oeste já irá reter o Imposto de Renda ao efetuar pagamentos de produtos e serviços adquiridos a partir do dia 1º de setembro de 2023. Para tanto, o fornecedor do produto/serviço emissor da nota deverá discriminar no campo adequado da Nota Fiscal a alíquota correta para o desconto.

11.3.9 As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas Informações para o Fornecedor das Ordens de Serviço/Empenho, constando número do empenho, item e validade dos serviços, para fins de rastreabilidade em estoque.

11.3.10 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas do edital de credenciamento no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

11.4 Antecipação de pagamento:

11.4.1 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

11.5 Cessão de crédito:

11.5.1 A presente contratação não permite a cessão de crédito.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

12.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

12.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, na **Intenção de Registro de Preço**, com fundamento no art. 28, Inciso I e artigo 82, Inciso V, da Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 026/032/2024. Com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.1.2. Para o presente processo, será adotado o sistema de registro de preços, com fundamento no artigo 82 da Lei nº 14.133/21.

12.2 Forma de fornecimento:

12.2.1 O fornecimento do objeto será **parcela única ou em quantitativo especificado pelo contratante** dos produtos objeto deste Edital.

12.2.2 Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

12.2.3 Sendo assim, os documentos exigidos serão:

12.3 Habilitação jurídica:

12.3.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.3.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.3.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

12.3.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.3.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.3.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.3.8 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

12.3.9 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

12.3.10 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.4 Habilitação trabalhista:

12.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal.

12.4.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

12.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.4.6 Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.5. Qualificação Econômico-Financeira

12.5.1 Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data de CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

12.5.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.5.3 Considerando o disposto no item 11.5 do edital, que trata da exigência de demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais e dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), informamos que:

12.5.4 **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

12.5.5 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.5.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.5.7 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.5.8 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

12.5.9 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

12.5.10 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.5.11 DA DISPENSA DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA O MEI:

I) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar o balanço nos termos da lei. Contudo, o **Microempreendedor Individual (MEI)** está **dispensado** da apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis, em conformidade com o disposto no **art. 1.179, § 2º, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil)** e no **art. 18-A, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que o valor estimado para a contratação (item ou lote) não ultrapasse o teto de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).**

II) Em itens ou lotes que os valores que não ultrapasse o teto de **R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**, para fins de habilitação, o MEI deverá apresentar, em substituição ao balanço a **Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI)** relativa ao último exercício fiscal.

III) Em itens ou lotes que os valores ultrapassem o teto de **R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)**, deverá cumprir integralmente com as exigências de qualificação econômica destinadas às demais empresas, inclusive com a apresentação do **Balanço Patrimonial** e demonstrações contábeis.

12.6 Qualificação Técnica:

12.6.1 A LICITANTE deverá pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando/declarando a aptidão ou desempenho da licitante para fornecimento dos objetos compatível em características com o objeto da licitação.

12.6.2 Para os itens classificados como produtos para saúde, incluindo equipamentos e mobiliários hospitalares sujeitos à regulamentação sanitária, o licitante deverá apresentar:

12.6.2.1 Licença Sanitária (Alvará Sanitário) vigente, expedida pelo órgão competente;

12.6.2.2 Autorização de Funcionamento de Empresa AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, quando aplicável à atividade exercida;

12.6.2.3 Registro ou cadastro do produto junto à ANVISA, quando aplicável, conforme a classificação de risco.

12.6.2.4 Caso o licitante não seja o fabricante do produto ofertado, deverá apresentar, adicionalmente, a Licença Sanitária e a AFE do fabricante, quando aplicável, ambas vigentes.

12.6.2.5 As exigências acima deverão observar a regulamentação sanitária vigente, não sendo aplicáveis aos itens dispensados de registro, cadastro ou autorização, conforme normas da ANVISA

12.6.3 O atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição detalhada do objeto, quantidades e prazos de fornecimento dos materiais. Quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

12.6.4 Todas as informações prestadas no Atestado de Capacidade Técnica estarão sujeitas a verificação e confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade através de diligência, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas. Por decisão do Pregoeiro, poderá ser aberto prazo ao licitante para atendimento a diligência, que poderá ser realizada por convocação através do próprio sistema licitante.

12.6.5 Caso haja necessidade, a Administração reserva-se ao direito de solicitar a apresentação de cópia(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) e correspondentes ao(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica apresentados.

12.6.6 Em hipótese alguma será aceito pela Administração Pública atestado emitido pela própria licitante, sob pena de infringir ao princípio da moralidade, pois a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacidade técnica.

12.6.7 As certidões deverão estar válidas na data da solicitação dos documentos de habilitação, salvo os casos beneficiários da lei 123/2006.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 568.866,37 (quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

14. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1 Serão reajustados os preços, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para reajuste, conforme o IPCA.

14.2 Será admitido o reequilíbrio econômico-financeiro, de acordo com o inciso II, art. 124 da lei 14.133/2021, para restabelecer a relação inicialmente pactuada objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, devendo ser requerido e comprovado pela CONTRATADA.

15. DO REAJUSTE

15.1 O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 124 da Lei 14.133/2021 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1 Ao que se refere à dotação orçamentária, o **artigo 69 § 6º do decreto municipal nº 026/2024** prevê que só será necessário a indicação orçamentária apenas para formalização de contrato, por tanto, como essa aquisição procede em forma de Registro de Preço, não se faz necessário.

16.2. Da fonte de Recursos: **RECURSO PRÓPRIO/SUS**

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- d) Multa por Descumprimento Contratual (Compensatória): multa compensatória, arbitrada em valor compatível e proporcional aos possíveis danos causados à administração;
- e) Multa por Atraso: a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de até 30 dias, a contar da comunicação oficial. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- f) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.3 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo nela constante.

17.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.9 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

17.10 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

17.11 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

17.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

18. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.2. As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor;

19.2. Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;

19.3. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

19.4. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor.

20. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O prazo de vigência deste registro de preços é de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação no PNCP. Podendo ser prorrogada, no interesse da Administração, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

20.2. Considerando a Resolução nº 434/2024/TCERO, no ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preço, atendidas as condições previstas no art. 84, da Lei nº 14.133/2021, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

21. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

21.1. A referida contratação encontra-se amparada pelo Plano Anual de Compras (PAC) 2026, Plano Plurianual (PPA) 2026 2029, que está em elaboração e pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

21.2. Anexo externo deste Termo de Referência segue o Estudo Técnico Preliminar.

22. DA ANÁLISE DE RISCO:

22.1. Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133 de 2021, entende-se que a menos complexidade do objeto enseja a prescindibilidade **de Análise de Risco**.

22.2. Ainda assim, consigne-se que as informações necessárias e suficientes ao pleito, capazes de maximizar o interesse público, provendo a devida segurança transacional, encontram-se nos artefatos documentais que compõem a instrução processual.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Está vinculado a este Termo de Referência às Leis nº 14.133/2021, Decreto Municipal, bem com as demais legislações de vigência.

23.2. Fica ressaltada a possibilidade de alteração das condições avençadas em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

23.3. Fica eleito o foro da Comarca de Colorado-RO como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas do Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

23.4. Este termo de referência foi elaborado com base nas informações constantes no Estudo Técnico.



Documento assinado eletronicamente por **Cleison Passos da Silva, ASSESSOR ESPECIAL DE SAÚDE**, em 07/05/2026 às 10:06, horário de Colorado do Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 095 de 29/04/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.coloradodoeste.ro.gov.br, informando o ID **577917** e o código verificador **A128FBE6**.

Referência: [Processo nº 1-922/2026](#).

Docto ID: 577917 v1